

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS

Data: 19/02/2008

Local: IBP- Av. Almirante Barroso, 21º andar, Rio de Janeiro

Participantes: José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/DRT-RJ); José Roberto Paulon (DPC); Alexandre Julianelli (ANP); Odilon Braga (CONTTMAF); Jailson Bispo Ferreira (CONTTMAF); Armando Pinto de Freitas (FUP); Vitor Carvalho (SINDPETRO_NF); Luiz Molle (PETROBRAS); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Luiz Moschini de Souza (IBP); Oton Corrêa (IBP); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Armando Vidigal (SYNDARMA); Daltro Souza DÁrisbo (MTE- SIT Assessor Técnico Governo); Maria Cristina Reis (Assessoria dos Empregadores); Francisco Marques (assessoria dos Empregadores); Vera Albuquerque (MTE-SIT Convidada); Rinaldo Almeida (MTE-SIT – Convidado)

A reunião iniciou-se com o quorum necessário.

1. Foi aprovada a ata da reunião anterior, sem correções;
2. A reunião iniciou-se, a pedido do Sr. Coordenador, com a discussão do calendário de reuniões da Subcomissão para o ano de 2008, que foi emendado e aprovado;
3. Em seguida, a pedido da bancada do Governo, foi feita uma breve explanação pelo representante da ANP sobre o SGSO recentemente aprovado;
4. O assunto foi debatido e ficou acordado que uma apresentação mais detalhada seria pautada após uma análise mais apurada do material feito pelas respectivas bancadas;
5. Foram distribuídas algumas cópias impressas e a coordenação dos empregadores ficou de enviar cópia por e-mail aos demais membros;
6. O Sr. Coordenador solicitou em seguida que o coordenador bancada dos trabalhadores apresentasse o texto preparado para o item sobre **CONDICÕES DE VIVÊNCIA A BORDO**, que segue nesta ata;
7. Após debates sobre o assunto, foi acordado que a representação dos empregadores fará uma análise detalhada do material apresentado e enviará um texto consolidado para ser apresentado em até 10 dias antes da próxima reunião;
8. Em seguida o Sr. Coordenador tomou a palavra para apresentar o texto preparado pelo Governo para o item sobre **OBRAS DE CONSTRUÇÃO MANUTENÇÃO E REPAROS**;
9. O assunto foi debatido ficando pautado para apresentação de emendas e discussão, principalmente sobre as obras a bordo que deveriam ser de comunicação prévia a SRTE;
10. Discutiu-se também de maneira genérica quanto à necessidade de instituir-se um mecanismo de atualização da normativa de plataformas em caso de modificação de Normas referenciadas no texto;

11. Nada mais a tratar, a 16ª Reunião Ordinária ficou agendada para os dias 19 e 20 de março de 2008, em Macaé, sendo o primeiro dia dedicado a uma visita programada em plataforma(s) da bacia de Campos e o segundo dia dedicado a uma reunião na sede do SINDPETRO-NF pontualmente das 9:00 às 16:00 hs.

José Roberto de Novaes Moniz de Aragão
Coordenador da Subcomissão de Plataformas

ANEXOS:

1- Minuta da proposta dos trabalhadores

17. DAS CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO
--

Convenção adotada na minuta:

- em azul: sugestão de inclusão;
- em vermelho: sugestão de exclusão;
- em verde: observações e dúvidas
- por enquanto, a não ser para os títulos dos sub-itens, mantivemos a numeração das fontes originais (NR 24, NR 30 e CTM/OIT 2006) para melhor orientação no decorrer da leitura (facilita a identificação de onde foram extraídos os conteúdos dos tópicos)

Considerações Preliminares: Nas plataformas e suas instalações de apoio aplica-se a NR-24, devendo em função de particularidades de projeto, instalação e operação considerarem-se as disposições dos itens a seguir.

17.1. Instalações sanitárias

17.1.1. Para efeito deste item não são aplicáveis as exigências dos itens 1.15, 1.16, 1.17, 1.18, 1.20, 1.21 e 1.24 da NR 24

24.1.2. As áreas destinadas aos sanitários deverão atender às dimensões mínimas essenciais. O órgão regional competente em Segurança e Medicina do Trabalho poderá, à vista de perícia local, exigir alterações de metragem que atendam ao mínimo de conforto exigível. É considerada satisfatória a metragem de 1,00m² (um metro quadrado), para cada sanitário, por 20 (vinte) operários em atividade, não sendo permitido que a área do espaço frontal ao sanitário seja menor do que 800 mm x 600 mm.

24.1.2.1. As instalações sanitárias deverão ser separadas por sexo 24.1.4. Os vasos sanitários deverão ser sifonados e possuir caixa de descarga manual ou automática e dispor de assento com tampa.

24.1.14. Quando os estabelecimentos dispuserem de instalações de privadas ou mictórios anexos às diversas **seções fabris áreas de trabalho**, devem os respectivos equipamentos ser computados para efeito das proporções estabelecidas na **NR 24 presente Norma**. 24.1.26. **No que tange ao item 24.1.26 deve-se substituir a exigência de ventilação para o exterior pela exigência de um sistema de exaustão**

17.2. Vestiários

17.2.1. Para efeito deste item não são aplicáveis as exigências dos itens 2.4, 2.6, 2.7, 2.14 e 2.15

17.3. Refeitórios

17.3.1. Para efeito deste item não são aplicáveis as exigências dos itens 3.6 a 3.8

24.3.2. Nas plataformas e instalações de apoio é obrigatória a existência de refeitório, não sendo permitido aos trabalhadores tomarem suas refeições em outro local do estabelecimento.

a) Este refeitório deverá possuir área de 1,00m² (um metro quadrado) por usuário, abrigando, de cada vez, 1/3 (um terço) do total de empregados por turno de trabalho, sendo este turno o que tem maior número de empregados.

b) a circulação principal deverá ter a largura mínima de 0,75m (setenta e cinco centímetros), e a circulação entre bancos e banco/parede deverá ter a largura mínima de 0,55m (cinquenta e cinco centímetros)

30.8.1 Os pisos e anteparas não devem apresentar irregularidades e devem ser mantidos em perfeito estado de conservação.

30.8.1.1 Os pisos devem ser de material antiderrapante.

30.8.2 As mesas e cadeiras devem ser de material resistente à umidade, de fácil limpeza e estar em perfeitas condições de uso.

30.8.2.1 As cadeiras devem possuir dispositivos para fixação ao piso.

30.8.3 Os salões de refeições e os locais de recreio devem ter iluminação, exaustão ventilação e temperatura adequadas.

17.4. Cozinhas

17.4.1. Para efeito deste item não são aplicáveis as exigências dos itens 4.4, 4.6 e 4.7.

30.9.1 A captação de fumaças, vapores e odores deve ser feita mediante a utilização de um sistema de exaustão.

30.9.2 As garrafas de GLP, bem como suas conexões devem ser certificadas e armazenadas fora do recinto da cozinha, em local sinalizado, protegido e ventilado.

24.4.1. Deverão ficar adjacentes aos refeitórios e com ligação para os mesmos, através de aberturas por onde serão servidas as refeições.

24.4.2. As áreas previstas para cozinha e depósito de gêneros alimentícios deverão ser de 35 (trinta e cinco) por cento e 20 (vinte) por cento respectivamente, da área do refeitório.

24.4.3. Deverão ter pé-direito de 3,00m (três metros) no mínimo.

24.4.6. As portas deverão ser metálicas **ou de madeira**, medindo no mínimo 1,00m x 2,10m (um metro x dois metros e dez centímetros). 24.4.12. Tratamento de lixo, de acordo com as normas locais do Serviço de Saúde Pública. 24.4.13. É indispensável que os funcionários da cozinha - encarregados de manipular gêneros, refeições e utensílios disponham de sanitário e vestiário próprios, cujo uso seja vedado aos comensais e que não se comunique com a cozinha.

17.5. Alojamento

17.5.1. Para efeito deste item não são aplicáveis as exigências do item 5 da NR 24

Deverá ser dada especial atenção a assegurar a implementação dos requisitos deste Anexo relativos a :

- a) dimensões dos camarotes e outros espaços do alojamento;
- b) calefação e ventilação;
- c) barulho e vibração e outros fatores ambientais;
- d) instalações sanitárias;
- e) iluminação; e
- f) enfermaria.

6. Com respeito aos requisitos gerais relativos a alojamento:

a) deverá haver altura livre adequada em todo o alojamento **da gente do mar**; a mínima altura livre permitida em todo o alojamento **da gente do mar** onde for necessária a plena, livre movimentação não deverá ser inferior a 203 centímetros; a autoridade competente poderá permitir uma redução limitada da altura livre em qualquer desses espaços ou parte dos mesmos, desde que esteja convencida de que essa redução é:

i) razoável e

ii) não acarretará desconforto para a gente do mar;

b) o alojamento deverá ser adequadamente isolado;

e) não poderá haver quaisquer aberturas diretas entre os dormitórios e a praça de máquinas, compartimento de carga, cozinha, paiol, secadouros ou áreas sanitárias comuns; parte da antepara que separa essas áreas dos camarotes e as anteparas externas deverão ser eficientemente construídas de aço ou outro material aprovado, impermeável à água e gás;

f) os materiais utilizados na construção de anteparas internas, revestimento e forro, pisos e juntas deverão ser apropriados ao seu propósito e propícios a um ambiente saudável;

g) iluminação adequada e suficiente drenagem deverão ser asseguradas; e

h) o alojamento e as instalações de lazer e de serviço de mesa a bordo deverão satisfazer os requisitos da Regra 4.3 e as disposições correlatas do Código referentes à proteção à saúde e à segurança e à prevenção de acidentes, inclusive prevenção do risco de exposição a níveis nocivos de ruído e vibração e a outros fatores ambientais e elementos químicos a bordo de navios, além de propiciar condições de trabalho e vida a bordo aceitáveis para a gente do mar seus ocupantes.

7. No que diz respeito aos requisitos de ventilação, **refrigeração/exaustão**:

a) os camarotes e refeitórios deverão ser devidamente **ventilados** refrigerados;

b) a unidades deverão ser providas de ar condicionado no alojamento dos trabalhadores e em todas as salas de radio e de controle central de máquinas;

c) todas as instalações sanitárias deverão ter **ventilação em comunicação com o exterior** exaustão, separada de qualquer outra parte do alojamento; e

8. No que diz respeito aos requisitos de iluminação, **sujeito aos arranjos porventura permitidos em navios de passageiros**, os dormitórios e refeitórios deverão, quando não for possível obter iluminação **iluminados** por luz natural e serem supridos de por iluminação artificial adequada.

9. Caso sejam necessários dormitórios a bordo das unidades, os seguintes requisitos se aplicam:

b) deverá haver camarotes separados para homens e para mulheres;

c) os camarotes deverão ter as dimensões adequadas e ser devidamente equipados, de modo a propiciar um conforto razoável e a facilitar sua limpeza e ordem;

d) em todas as circunstâncias, deverá haver um leito camarote para cada **marítimo** ocupante;

e) as dimensões interiores mínimas de todos os leitos deverão ser no mínimo de 198 por 80 centímetros;

f) nos camarotes individuais, a superfície disponível para cada **marítimo** ocupante não poderá ser inferior a:

i) $4,5 \text{ m}^2$ em navios de arqueação bruta inferior a 3.000;

ii) $5,5 \text{ m}^2$ em navios de arqueação bruta igual ou superior a 3.000, porém inferior a 10.000;

iii) 7 m^2 em navios de arqueação bruta igual ou superior a 10.000;

j) **em navios para fins especiais**, nas unidades em questão os camarotes poderão ser para mais de quatro pessoas; nesse caso, a superfície disponível desses camarotes não poderá ser inferior a $3,6 \text{ m}^2$ por pessoa n) para cada ocupante, o mobiliário deverá incluir um guarda-roupa espaçoso (capacidade mínima de 475 litros) e uma cômoda ou espaço equivalente, cuja capacidade não seja inferior a 56 litros; se a cômoda fizer parte do guarda-roupa, o volume combinado do guarda-roupa e da cômoda deverá ser de 500 litros; este deverá ter uma prateleira e ser passível de ser trancado pelo ocupante, a fim de assegurar sua privacidade;

o) cada camarote deverá contar com uma mesa ou escrivaninha, que poderá ser do tipo fixo, de aba dobrável ou corrediça, e provido do número de assentos cômodos que seja necessário.

30.7.2 As tubulações de vapor, de descarga de gases e outras semelhantes, não devem passar pelas acomodações da tripulação nem pelos corredores que levem a elas. Quando essas, por motivos técnicos, passarem por tais corredores, devem estar isoladas e protegidas.

30.7.4 Toda embarcação, à exceção daquelas destinadas exclusivamente à navegação nos trópicos, deve estar provida de um sistema de calefação adequado para o alojamento da tripulação. Os radiadores e demais equipamentos de calefação devem estar instalados de modo a evitar perigo ou desconforto para os ocupantes dos alojamentos.

30.7.5 Todos os locais destinados à tripulação devem ser bem iluminados.

30.7.5.1 Quando não for possível obter luz natural suficiente, deve ser instalado um sistema de iluminação artificial.

30.7.5.2 Nos camarotes, cada beliche deve estar provido de uma lâmpada elétrica, individual.

30.7.6 Cada camarote deve estar provido de uma mesa ou de uma escrivaninha, um espelho, pequenos armários para os artigos usados no asseio pessoal, uma estante para livros e cabides para pendurar roupas, bem como de um armário individual e um cesto de lixo. Todo mobiliário deverá ser de material liso e resistente, que não se deforme pela corrosão.

30.7.7 Nos casos de prévia utilização de qualquer acomodação por tripulante portador de doença infecto-contagiosa, o local deverá ser submetido a uma desinfecção minuciosa.

30.7.9 As camas devem estar colocadas a uma distância uma da outra de modo a que se permita o acesso a uma delas sem passar por cima da outra.

30.7.9.1 A cama superior deve ser provida de escada fixa para acesso à mesma.

30.7.10 É vedada a sobreposição de mais de duas camas.

30.7.11 É vedada a sobreposição de camas ao longo do costado da embarcação, quando esta sobreposição impedir a ventilação e iluminação natural proporcionada por uma vigia.

30.7.12 As camas não devem estar dispostas a menos de 30 cm do piso.

30.7.13 Os colchões utilizados devem ter, no mínimo, densidade 26 e espessura de 10 cm, mantidos em perfeito estado de higiene e conservação.

30.7.14 O fornecimento, conservação e higienização da roupa de cama serão por conta do empregador.

30.7.15 As dimensões internas de uma cama não devem ser inferiores a 1,90 metros por 0,80 metros.

30.8.4 Nas embarcações maiores que 3000 AB, devem ser instaladas salas de lazer, com mobiliário próprio.

17.6. Condições de higiene e conforto por ocasião das refeições.

24.6.1. Para efeito deste não são aplicáveis as exigências do item 6.3 da NR 24

17.7. Disposições gerais.

30.7.1 Os corredores e a disposição dos camarotes, refeitórios e salas de recreação, devem garantir uma adequada segurança e proteção contra as intempéries e condições da navegação, bem como isolamento do calor, do frio, do ruído excessivo e das emanções provenientes de outras partes da embarcação.

30.7.1.1 Ao longo do convés a embarcação deverá possuir uma via de segurança para passagem dos tripulantes.

30.7.3 Toda embarcação deve estar provida de um sistema de ventilação adequado que deve ser regulado para manter o ar em condições satisfatórias, de modo suficiente a atender quaisquer condições atmosféricas.

30.7.16 Na embarcação onde a aplicação dos subitens 30.7.1 e 30.8.4, gere modificações estruturais incompatíveis tecnicamente com as áreas disponíveis, ou reformas capazes de influenciar na segurança da embarcação, deve ser apresentado pelo armador projeto técnico alternativo para aprovação da autoridade competente.

18.0. Áreas de Lazer

18.1. Academia de Ginástica

18.2 Sala de Projeção

18.3 Sala de Música

18.4 Sala de Leitura

18.5 Quadra Polivalente

18.6 Piscina

18.7 Sauna

18.8 Sala de Internet Recreativa

E o que houver para proporcionar conforto e lazer aos trabalhadores.

2- Minuta da Proposta do Governo:

**PROPOSTA PARA ELABORAÇÃO DO ANEXO II DA NORMA REGULAMENTADORA
NR-30**

OBRAS DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARO

Considerações Preliminares: Nas Plataformas e suas Instalações de Apoio **aplica-se a NR-18**, devendo em função de particularidades de Projeto, Instalação e Operação, considerar-se na sua aplicação as disposições dos itens a seguir:

1. É obrigatória comunicação à Delegacia Regional do Trabalho, antes do seu início, das obras realizadas a bordo em: paradas para manutenção, paradas de emergência, montagens ou desmontagens de estruturas metálicas ou outras de menor porte, mas que envolvam riscos acentuados ou a utilização intensiva de trabalhadores, das seguintes informações:
 - a. Identificação da Plataforma onde ocorrerá a obra;
 - b. endereço correto e qualificação (CEI,CGC ou CPF) das empresas contratadas para realização da obra;
 - c. tipo de obra;
 - d. datas previstas do início e conclusão da obra;
 - e. número máximo previsto de trabalhadores na obra.
2. É obrigatória a elaboração e o cumprimento de um PCMAT por plataforma ou instalação de apoio, desde que comportem obra(s) com 20 (vinte) trabalhadores ou mais, contemplando os aspectos da NR-18 e outros dispositivos complementares de segurança.
3. Os canteiros das obras realizadas a bordo devem proporcionar aos trabalhadores, áreas de vivência com condições de conforto equivalentes as fornecidas aos demais trabalhadores alojados.
4. Obras realizadas a partir de flutuantes devem ser aprovadas pelo comandante ou responsável, atender aos requisitos da Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário e seguir as Normas da Marinha do Brasil.
5. As instalações elétricas provisórias de obras a bordo devem ser submetidas a aprovação do comandante ou responsável.
6. Não se aplicam os itens da NR 18 referentes ao transporte por veículos automotores devendo ser verificadas as regras específicas deste anexo para o transporte por via aérea ou por embarcação, inclusive quanto ao transbordo realizado por cesta.
7. As obras a bordo devem obedecer as medidas de proteção contra incêndio preconizadas para o local onde se realizaram, só podendo ser executadas com permissão específica para o trabalho.
8. As obras a bordo devem ser sinalizadas, e isoladas obedecendo as orientações técnicas e recomendações do comandante ou responsável.

9. Todos os trabalhadores contratados para realizarem obras a bordo devem ser submetidos aos treinamentos especificados para o tipo de atividade, em especial quanto ao trabalho em área classificada ou espaço confinado, bem como ao treinamento geral de combate a incêndio e salvatagem.
10. A limpeza e retirada de entulho das obras realizadas a bordo devem ser supervisionadas e autorizadas pelo comandante ou responsável.
11. Não se aplicam as exigências relativas a galerias e tapumes previstas na NR-18. Quando necessária a sua colocação, estes dispositivos deverão ser supervisionados e autorizados pelo comandante ou responsável.

Rio 17/10 /2007

Coordenador da Subcomissão de Plataformas